



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR JOSÉ BENTO - MINAS GERAIS**  
PRAÇA DANIEL DE CARVALHO, 150 - CNPJ: 18.675.926/0001-42  
FONE: (35) 3426-1020 FAX: (35) 3426-1013 - E-MAIL: senadorjosebentomg@gmail.com

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 0163/2022**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 015/2022**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PNEUS NOVOS, CÂMARAS DE AR, PROTETORES E CORRELATOS PARA OS VEÍCULOS QUE COMPÕEM A FROTA E O PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE SENADOR JOSÉ BENTO/MG**

Vistos etc.,

Trata-se de impugnação ao Edital do Pregão Presencial nº 015/2022, cujo objeto é a contratação de empresa para fornecimento pneus novos, câmaras de ar, protetores e correlatos para os veículos que compõem a frota e o patrimônio do Município de Senador José Bento.

A empresa **Augusto Pneus Eirell**, interpôs Impugnação ao Edital do referente Pregão, alegando, em síntese, que: *"a exigência de fabricação de 6 meses, apresenta-se como medida restritiva e prejudicial à economicidade do certame, conforme será exposto na sequência"*, e continua *"Exigir que os produtos possuam no momento da entrega no máximo 6 meses de fabricação é exigência restritiva, pois para as empresas que licitam com produtos importados essa data é inviável, uma vez que só para chegar ao Brasil e haver o desembaraço na Receita Federal leva mais ou menos o prazo de 4 (quatro) meses. Não bastasse este lapso temporal, é importante frisar que o contrato a ser firmado é para fornecimento em um período de 01 ano, ou seja, a licitante deverá ter os produtos em estoque para suprir as necessidades dos órgãos requisitantes na vigência do contrato, tornando incoerente a exigência de 06 meses da fabricação, já que os produtos deverão estar em estoque no transcurso do contrato. Ademais, essas mercadorias têm prazo de validade de 05 anos, sendo desnecessário exigir que a fabricação seja inferior a 06 (seis) meses"*.

Em sua fundamentação cita legislação e junta documentos.

O Município ao exigir que os prazos de fabricação dos produtos não sejam superiores a 6 meses no momento da entrega, não configura violação do caráter competitivo do procedimento, já que é adequada e necessária.

Os produtos a serem adquiridos através deste edital serão empregados nos veículos do Município, que são utilizados com muita frequência, o que demanda substituição de pneus em função de seu desgaste natural. Aliando ao fato de que se trata de produtos perecíveis, estando a



Administração resguardando a qualidade dos pneumáticos por maior período e visando a dar segurança aos usuários.

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais já se manifestou acerca do objeto desta impugnação, na Processo nº 1084449, nos seguintes trechos que destacamos:

*"A unidade técnica, após exame, reviu seu posicionamento anterior, argumentando que: "Reexaminando a matéria, à luz da jurisprudência desta Corte e dos argumentos apresentados pela defesa, esta Unidade Técnica entende que a Administração tem o direito e o dever de certificar-se de que os produtos licitados são de qualidade satisfatória e, portanto, possui discricionariedade para estabelecer o prazo de validade mínimo para os produtos a adquirir, como em qualquer tipo de contrato de compra e venda."*

***(...) reafirmar que a exigência em questão não configura violação do caráter competitivo do procedimento, tampouco enseja prejuízo aos licitantes, visto tratar-se de produtos comuns, facilmente adquiríveis no mercado em regime de pronta entrega.***

*De frisar que os dispositivos do edital que estabeleceram condições para a elevação do nível dos produtos a serem adquiridos pela Administração não são contrários às determinações contidas na Lei n.º 8.666/93, na qual se estabelece o tratamento isonômico de todos os licitantes durante o procedimento seletivo, mas também têm por objetivo garantir a eficácia das contratações, por meio da comprovação da efetiva qualidade dos bens e da sua adequação ao uso pretendido.*

*O Órgão Ministerial, por sua vez, aduziu que veículos pertencentes à frota dos municípios são utilizados com enorme frequência, o que demandaria a substituição de pneus em função de seu desgaste natural*

*A busca pela melhor proposta não significa simplesmente eleger aquela que contenha o menor valor, mas sim a que propicie o melhor negócio possível, ou seja, dentre as propostas que apresentem os produtos que atendam aos critérios estipulados no certame, será escolhida aquela com preço inferior. O contrato mais vantajoso, assim, é obtido por meio da conjugação da vantagem econômica da proposta com a garantia de um nível mínimo de qualificação dos bens, necessária à concretização do objeto de forma satisfatória, gozando a Administração Pública de autonomia para a definição da mais adequada forma de contratação*

***Muito embora a denunciante alegue que a garantia dos produtos dispensaria o prazo de fabricação inferior a seis meses, tenho que, por se tratar de produto perecível, com prazo de validade limitado, a exigência é pertinente e razoável, de modo a***



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR JOSÉ BENTO - MINAS GERAIS**  
**PRAÇA DANIEL DE CARVALHO, 150 - CNPJ: 18.675.926/0001-42**  
**FONE: (35) 3426-1020 FAX: (35) 3426-1013 - E-MAIL: senadorjosebentomg@gmail.com**

***garantir a qualidade dos pneus por maior período e viabilizar que a Administração programe o seu consumo, durante todo o período servível, conforme sua oportunidade e conveniência.***

*Assim, demonstrada a razoabilidade da exigência constante do edital, que busca maior eficiência, na medida em que especifica critérios adequados de qualidade e segurança para os produtos almejados, visando a resguardar sua durabilidade e resistência, considero regular o edital nesse ponto".*

A exigência posta no termo de referência do instrumento convocatório não restringe o caráter competitivo do certame, combatido pelo art. 3º da Lei nº8.666/93 e não fere o Princípio da Isonomia.

É claro o entendimento de que, em licitações eventuais, limitações à participação dos interessados podem ser impostas, desde que observados os limites legais e contendo justificativas aceitáveis.

O processo de licitação deve assegurar a igualdade de condições a todos os concorrentes, inclusive o art. 3º da referida Lei, dispõe expressamente que a licitação visa a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia.

Oportuno destacar, no entanto, que a licitação, pelo que da Lei se extrai, é procedimento que tem a finalidade de realizar a seleção da proposta mais vantajosa para a contratação de interesse da administração, preservando sempre, em seu desenvolvimento, o respeito ao princípio da isonomia, voltado a resguardar a igualdade entre os diversos participantes.

A preocupação com a preservação do tratamento isonômico, dado a sua grande importância, não constitui apenas uma preocupação da lei de licitações, sendo contemplada no próprio texto constitucional quando este, ao referir-se ao princípio de licitação, em seu art. 37, inciso XXI, assevera que *"ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."*

Diante de todo exposto, entendemos pela **IMPROCEDÊNCIA** da presente impugnação, não acolhendo as razões da empresa **Augusto Pneus Eireli**, mantendo -se o edital.

Dê ciência ao impugnante de todo teor da decisão em tela.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR JOSÉ BENTO - MINAS GERAIS**  
**PRAÇA DANIEL DE CARVALHO, 150 - CNPJ: 18.675.926/0001-42**  
**FONE: (35) 3426-1020 FAX: (35) 3426-1013 - E-MAIL: senadorjosebentomg@gmail.com**

Dê ciência ao impugnante de todo teor da decisão em tela.

Senador José Bento/MG, 27 de abril de 2022.

Deborah de Oliveira Mariano

Pregoeira

Yasmin Fernandes Trentini

Equipe de apoio

Wesley Henrique Silva Marques

Equipe de apoio